

**A LEITURA (COMO TAREFA) INFINITA****READING AS ETERNAL *AUFGABE*****Débora Racy Soares <sup>1</sup>**

**RESUMO:** A proposta desse texto é refletir sobre o conceito de leitura em Walter Benjamin, procurando demonstrar seu interesse hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** leitura, Walter Benjamin, leitura como tarefa infinita.

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to reflect on Walter Benjamin's concept of reading, aiming to demonstrate its adequacy at the present time.

**KEYWORDS:** reading, Walter Benjamin, reading as eternal *Aufgabe*.

A proposta desse artigo é refletir sobre o conceito de leitura em Walter Benjamin, procurando demonstrar sua pertinência e seu alcance atuais. Nossa discussão parte das leituras de alguns comentadores do filósofo alemão, como Gagnebin, Seligmann-Silva e Lages. Os três são unânimes em reconhecer: Benjamin funda um conceito forte de leitura que perpassa toda a sua reflexão histórico-filosófica. Embora cada um deles pareça enfatizar uma dimensão específica do conceito - o que significa que a própria concepção benjaminiana de leitura exige as mais variadas leituras – todos se encontram no reconhecimento da necessidade de manutenção dos diversos sentidos para a tentativa de apreensão desse conceito. Em outras palavras, nenhum deles reduz o conceito de leitura, tão amplo e abrangente, a esquemas fixos e redutores. Pelo contrário, todos articulam suas reflexões relacionando a leitura a outras idéias importantes da filosofia benjaminiana como crítica, comentário, alegoria, tradução e história. Para dizer com Lages, se as leituras assumem diferentes formas, vinculadas a perspectivas diversas, “o ato de ler é também aquele que determina esses diferentes modos ou estratégias de interpretação” (LAGES, 1999, p.47). Estamos, portanto, diante de um conceito de leitura como interpretação ou “modo de visar”, para usar uma expressão cara a Benjamin. Aliás, o registro do visual, do imagético, do

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários pela FCLAr/UNESP. Doutoranda em Teoria e História Literária no Instituto de Estudos da Linguagem na UNICAMP. Apoio: FAPESP. E-mail: [debora\\_racy@yahoo.com.br](mailto:debora_racy@yahoo.com.br)

*Zeigen* (mostrar), em oposição ao dizer (*Sagen*) é fundamental nos escritos desse filósofo. A partir dessa diferenciação, que valoriza o imagético na exposição (*Darstellung*) da história, Benjamin elabora sua teoria das “imagens dialéticas”. Teoria que envolve, como sinaliza Seligmann-Silva, não só a “noção de ‘puramente’ visual, de constelação, como também a de ‘possibilidade de leitura’”. Posto de outra forma, a “possibilidade de leitura” está inextrincavelmente atada à imediaticidade de um agora (*Jetzt*), sempre único e determinado. Então, as várias leituras de um mesmo texto assumem a forma de uma “constelação” performática que incorpora diversos pontos de vista ou um “leque de perspectivas iluminando um mesmo ponto” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 229-34). Essas leituras, justamente por serem sempre sincrônicas, isto é, fundadas na temporalidade de um presente, suscitam outras interpretações, outras leituras conjuntas ou “sin-leituras”. Nesse sentido, nosso esforço de leitura, sem a menor pretensão de acrescentar uma estrela à constelação, pretende, antes, abrir o leque das perspectivas, delineando os contornos de um conceito em concerto.

Para entender o conceito de leitura em Benjamin é necessário passar por sua filosofia da linguagem, o que remete a seus primeiros ensaios, notadamente: “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana” (1916) e “A tarefa/renúncia do tradutor”, escrito em 1921 e publicado em 1923. Neles, Benjamin concebe a linguagem como unidade de imediaticidade e também de infinitude, a partir das idéias contidas no primeiro capítulo do Gênesis. Isso significa que a palavra originária, primeira, criadora é divina e que, a partir dela, a linguagem nomeadora de Adão e a linguagem “pós-paradisíaca” teriam se desenvolvido. Nesses primeiros textos, Benjamin pensa a questão da origem da linguagem, aquém do bem e do mal, e além dele, com a queda e o aparecimento da confusão lingüística ou Babel. Com Seligmann-Silva entendemos que Benjamin, no ensaio de 1916, concebe a linguagem como *physei*, não como *tesei*. Posto de outra forma, Benjamin aposta na origem natural, não motivada da linguagem, indo na contramão da lingüística moderna que confia na arbitrariedade dos signos lingüísticos. À mesma época em que surge o *Curso de Lingüística Geral* (1916) de Saussure, fundando as bases da ciência lingüística, Benjamin resgata uma concepção pré-moderna, metafísica e mística da linguagem. Ao retomar a idéia de “língua pura” ou de “protolíngua”, contra Babel, Benjamin recupera também a metáfora do mundo como texto ou a idéia de Livro do Mundo, a partir de uma perspectiva diferente daquelas da Idade Média e do Renascimento. No ensaio de 1916, Benjamin nos mostra, a partir de um ponto de vista teológico, que tudo (nos) fala, sem mediação. “Toda linguagem comunica-se por si mesma”, antes de ser instrumento de comunicação, daí sua crítica à concepção instrumental ou arbitrária da linguagem (BENJAMIN, 1916, p.07). No entanto, no texto seguinte, “A

tarifa/renúncia do tradutor”, Benjamin expande seu conceito de leitura, incluindo a idéia de tradução que abre caminho para seus estudos posteriores sobre a alegoria. O que interessa reter do primeiro ensaio, de 1916, é que haveria uma “língua primeira” que teria sido perdida depois da queda e que estabelecia uma relação simbólica ou imediata entre as coisas. É interessante perceber, com Seligmann-Silva, que Benjamin nunca abandonou essa “teoria abertamente esotérica” ou simbólica que “leva, paradoxalmente, à sua teoria da alegoria”. Há, portanto, “uma complementaridade na função desses dois conceitos (símbolo e alegoria) no ‘sistema’ benjaminiano” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p.230-32). Não é o caso de nos alongarmos na discussão dos conceitos de símbolo e de alegoria. Antes, porém, devemos ter em mente que eles pressupõem diferentes modos de aproximação ao texto, o que sugere maneiras distintas de encarar a leitura. Por ora é preciso entender que o conceito de símbolo pode se relacionar à idéia do Livro do Mundo e que o conceito de alegoria pode se ligar à tradução, entendida aqui como leitura ou escritura que possibilita a multiplicação “infinita” de sentidos. Entretanto, não se pode prescindir de uma urgente ressalva. Para o Benjamin de *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão* (1920) que está ancorado nas reflexões dos primeiros românticos alemães de Iena, como os irmãos Schlegel e Novalis, a “gramatização” do mundo, contida na idéia do Livro do Mundo, supõe que não há mais um “texto original que serv(iria) de garantia para a interpretação”. Como explica Seligmann-Silva:

mais do que nunca se tem então a impressão de se ter perdido a chave para a leitura desta escrita cifrada do mundo: Falta o significado do hieróglifo. A doutrina da escritura do mundo – ou do mundo como escritura – implica uma semiotização *sui generis* do mundo: tudo é escritura, signo, mas signo opaco, não há um sentido transcendental que fornece a unidade (do sentido) do mundo (...) tudo é significante – mas o significado escapa (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 30-1 e 232).

É, portanto, seguindo a evolução do pensamento de Benjamin que Seligmann-Silva afirma que sua teoria simbólica teria desaguado em sua teoria alegórica. Assim como para os românticos alemães, também para Benjamin, a idéia do signo motivado convive com a arbitrariedade do signo. Por mais paradoxal que isso possa parecer, Seligmann-Silva explica que a concepção de linguagem em Benjamin comporta esse conflito. Para Steiner (1992), entretanto, Benjamin alinha-se aos pensadores da teoria filosófica da linguagem, tais como Schlegel, Humboldt, Valéry e Pound, que dão continuidade à hermenêutica moderna, inaugurada com Schleiermacher. Isso significa que há um deslocamento na possibilidade de determinação do sentido, que passará a ser atribuído à leitura, não mais à escrita. Gagnebin acredita que “os inúmeros sentidos que

poderíamos (...) decifrar, só pode(m) ser arbitrário(s), pois mesmo se porventura encontrássemos o “verdadeiro” sentido, não conseguiríamos reconhecê-lo” (GAGNEBIN, 2004, p.41).

Dizendo de forma bem simples, é como se na leitura simbólica prevalecesse a estabilidade entre o significado e o significante; portanto, há a idéia de um referente primeiro e estável. Nesse sentido, a leitura de um texto simbólico conviveria com aquela espécie de crença na “verdade” ou “intenção” do texto: haveria somente um sentido possível que deveria vir à tona com a leitura. A essa altura, é oportuno refletir sobre certas formulações inquiridoras de alguns professores de literatura que insistem em questionar seus alunos sobre a suposta intenção do autor ou sobre a “verdade” do texto. Esse tipo de docente, nada incomum, parece ter o prazer de transformar a convivência performática em sala de aula - múltipla, positiva e essencial - num verdadeiro tribunal do “Santo” Ofício literário. Quem de nós já não teria ouvido, com surpresa, a seguinte pergunta: “mas, afinal de contas, o que o escritor quis dizer com isso?”. Querer reivindicar certa objetividade científica para a literatura não seria contribuir para promover uma espécie de mito (da objetividade) desnecessário? A literatura, muito mais do que ciência, não seria cons-ciência ou incons-ciência, diria um freudiano? Essa breve digressão pretende chamar a atenção para a(s) chave(s) de leitura de um texto. Afinal, onde estaria a chave? E ainda, quantas seriam? Drummond parece ter acenado com a resposta, embutida na pergunta: “trouxeste a chave?”. Cada leitor que se aproxima de um texto o abre com sua chave particular, havendo também a possibilidade de as chaves pessoais mudarem com o tempo. Seguindo esse raciocínio, entendemos que as mais variadas chaves estão *in nuce* dentro de nós, o que não significa que elas também não estejam no texto. O esforço de leitura e de reflexão potencializa os sentidos-chave do texto, eleva-os à máxima potência, como gostava de dizer F. Schlegel. A essa altura é provável que haja alguém se questionando sobre os diferentes tipos de textos e as leituras que eles suscitam. Há até quem possa se lembrar das conhecidas funções de Jakobson. Recordemos que no texto literário, por exemplo, pode haver a predominância de uma determinada função, como a poética, em detrimento das outras funções. Porém, isso não significa a exclusão das demais funções. Deste modo, não faz muito sentido para a nossa reflexão delinear uma tipologia textual. É certo também que não devemos tentar achar equivalências para as funções de Jakobson nos conceitos de símbolo e de alegoria. Assim como Benjamin ensina a pensar símbolo e alegoria em diálogo, e não em oposição, o mesmo pode valer para os diversos tipos de textos, o que, no limite, não quer dizer que não haja diferenças entre eles. Afinal, entendemos textos como escrituras em que linguagem e pensamento se articulam, pensando com Benjamin, Wittgenstein e Heidegger. Nesse sentido, a leitura será concebida como uma espécie de exercício ou de

treinamento, enfim, como tarefa sempre inacabada. Também seria interessante lembrar que uma abordagem estrutural e formal da linguagem tende a excluir a participação do sujeito-leitor, pois entende a leitura como um processo que retira significados previamente colocados no texto. Em outras palavras, essa abordagem distingue compreensão de interpretação, cindindo sujeito e objeto. Por outro lado, para uma abordagem pós-estruturalista da linguagem, compreender é interpretar. Isso equivale a dizer que não há compreensão de um texto sem interpretação, sem a intervenção do sujeito-leitor, produtor de significados. Nessa perspectiva, a relação entre o texto e o leitor é assimétrica, revelando que a significação não é fixa, tampouco estável. Na verdade, só haveria possibilidade de leitura porque há excesso de sentidos. Um mundo carente de sentido seria um mundo de sem-leitores? Mundo que eliminaria a tarefa da leitura, pois todo sentido estaria dado *a priori*, não importa por qual ideologia? Para continuar seguindo o raciocínio de Benjamin, o excesso de sentido, necessário para que haja leitura, torna possível a alegoria. Em tempo, a leitura alegórica desestabiliza a idéia de um sentido único ou comum imanente ao texto e abala as relações entre o significado e o significante. Nesse sentido, a leitura será sempre alegórica (de *allo*, outro e *agorein*, dizer) ou um outro dizer. Conceber o texto como escritura ou *speech act* supõe que a possibilidade de leituras estaria pré-determinada e para ela convergiria um sujeito fundado em uma dada temporalidade. No limite, à guisa de provocação, poderíamos refletir sobre o significado de viver em um mundo atrelado a uma leitura única. Ou, talvez, no extremo oposto, pensar sobre a sensação de viver em meio à indeterminação constante dos sentidos. Para Gagnebin, nossa modernidade (alegórica e melancólica) foi abalada pela perda do “sentido comum”, o que tem levado à “manipulação” e à “violência” (GAGNEBIN, 2004, p. 30). Se é fundamental estabelecer o “sentido comum”, é preciso zelar para que ele não infle em demasia, escravizando-nos sob “a violenta pressão para nos tornarmos semelhantes” (BENJAMIN, 1994, p.108-113). Por outro lado, a ausência de um referente, a desestabilização dos sentidos ou sua “fuga perpétua” também pode ser perversa. O excesso de sentidos promovido pela vertigem alegórica se pode, como o sentido único, enraizar-se à tirania onipotente, também pode acenar com a possibilidade libertadora e lúdica que exige a invenção de “novas leis transitórias” e de “novos sentidos efêmeros” (GAGNEBIN, 2004, p.38).

Para concluir, lembramos que Benjamin concebe a leitura como uma tarefa (*Aufgabe*) que exige reflexão infinita. A tarefa, *Auf-gabe*, contém um dom (*Gabe*), uma espécie de presente que nos é dado (*Geben*: verbo dar). Sua infinitude, no que guarda de inacabamento, remete à infinitude da leitura. Nesse sentido, só há possibilidade de leitura porque há inacabamento, sentidos em potencial, alguns velados, outros revelados e uns tantos outros a revelar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. “Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem”. Tradução de Susana Kampff Lages, p. 01-18. No prelo.
- \_\_\_\_\_. “A doutrina das semelhanças”. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LAGES, S. K. “Alegoria da leitura, figuras da melancolia: “A Tarefa do Tradutor”, de Walter Benjamin”. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999, p.47-60.
- SELIGMANN-SILVA, M. **Ler o Livro do Mundo – Walter Benjamin: Romantismo e Crítica Poética**. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 1999.
- STEINER, G. **After Babel – Aspects of Language and Translation**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.